
PÓS-MODERNIDADE E TRADUÇÃO

*Eliana Amarante de Mendonça MENDES**

Recentemente, ao abrir o caderno *Mais!* da *Folha de São Paulo*, me deparei com um artigo intitulado *Que fim levou a crítica literária?* da Professora Leyla Perrone-Moisés. Nesse artigo, que, segundo me consta, causou celeuma entre os estudiosos da literatura, a autora defende uma revisão do trabalho de desconstrução realizado nas últimas décadas: *um deslocamento com relação à doxa triunfante, a doxa pós-moderna*. Segundo a autora, deslocar-se não é voltar atrás, para manter imutáveis os valores do passado, mas reavaliá-los, elaborar novos conceitos e novos discursos adequados à situação presente, avaliar o novo momento e as novas estratégias por ele exigidas.

Esse artigo muito me interessou pelo que representa de crítica a posturas pós-modernas. Se é possível a revisão sugerida, mantendo-se as mesmas bases filosóficas, é assunto para Derrida e os seus. Acho difícil conceber, no *frame* desconstrutivista desses filósofos o *desconstruir mas não tanto* que parece ser agora a novidade — os *indesconstrutíveis* citados por Leyla Moisés em seu artigo. Estaria Derrida abjurando o que pensou e escreveu?

Grande mérito dessa autora, no meu entender, é que embora muitos pensem como ela, poucos têm tido a coragem acadêmica de se rebelar contra a situação pós-moderna e de assumir uma postura mais racional. Vislumbrei uma luz nas trevas.

Como estudiosa da tradução, tenho bons motivos para me alegrar, porque a tradução é o espaço onde se fazem sentir, mais nitidamente, as conseqüências nocivas do pensamento pós-moderno. Adaptando a epígrafe do artigo de Leyla Moisés — “A desconstrução teve como efeito perverso a promoção de um vale-tudo estético”, eu diria que “A desconstrução teve como efeito perverso a promoção de um vale-tudo tradutório.”

*Universidade Federal de Minas Gerais.

Se nos estudos literários a desconstrução pode levar, segundo Leyla Moisés, à “criatividade espontânea, à dispensa de qualquer competência ou formação, à irresponsabilidade autoral, ao desprezo pela tradição e pela alta cultura”, ou, segundo Lyotard, citado pela autora, ao “ecletismo cínico, ao qualquer coisa, ao relaxamento, ao multiculturalismo como mercadoria turística e cultural”, nos estudos da tradução, leva a efeitos ainda mais trágicos.

Nos estudos literários, por mais delirantes que possam ser os trabalhos dos teóricos, esses constituem paratextos, ou extensões do texto e os textos literários em si se mantêm na íntegra, não são afetados em sua constituição.

Já na tradução, que por sua própria natureza implica modificações em maior ou menor grau do original, a própria integridade do texto literário é afetada, já que as teorias tradutórias pós-modernas preconizam uma *praxis* tradutória que pode constituir a própria destruição da obra literária.

Desconstrução, portanto, na tradução, é destruição.

Vejam, dentre as críticas apresentadas por Leyla Moisés, o que pode ser estendido aos estudos da tradução.

- Com a destruição do cânone tradicional, o desprezo pela tradição e alta cultura e a conseqüente falta de critérios de julgamento, tira-se toda a possibilidade de avaliação da qualidade das traduções, de uma crítica da tradução.

- A teoria da interpretação infinita, que leva à proliferação de critérios particulares, não deixa espaço teórico para o reconhecimento do erro de tradução, que fica camuflado como recriação; leva ainda à absolvição da censura na tradução, já que toda interpretação é legitimada.

- A dispensa de qualquer competência ou formação leva a tradutores que traduzem de línguas que não dominam ou que mal dominam. Embora tal procedimento tenha sempre existido, ele é, na pós-modernidade, legitimado.

- O multiculturalismo e as reivindicações das minorias levam a teorias tradutórias politicamente corretas — e tradutoriamente incorretas — teorias que fazem apologia das transculturações, fusões, deglutições antropofágicas, carnavalizações, intraduições; teorias que pregam a estrangeirização da tradução, ao mesmo tempo como forma de valorização de literaturas minoritárias e de conscientização de culturas hegemônicas. Conseqüência disso, na prática, são as metamorfoses de textos literários — pseudo-traduições — em que há, por exemplo,

cruzamento de Goethe e Glauber Rocha, de Brecht e Chico Buarque, de John Donne e Lupicínio Rodrigues: tentativas de misturar água com óleo.

- Teses como a da morte do sujeito refletem, na tradução, a morte do original, e com isso, a ausência de parâmetros norteadores para o tradutor e para o estudioso da tradução: destruindo o parâmetro que é o texto original, o tradutor perde totalmente suas referências, já que o parâmetro passa a ser, em última instância, ele próprio.

- No vale tudo tradutório, há ainda tentativas de teorias ficcionais da tradução em que se pretendem identificar, em diversas obras literárias, teorias de tradução: uma teoria de tradução identificada em *A outra margem do Rio* de Guimarães Rosa, outra em *Cem anos de solidão* de Gabriel García Márquez. Onde houver, na ficção, uma transformação, uma metamorfose, um vir a ser, estará aí mais uma teoria ficcional da tradução — teremos então tantas teorias quantas são as obras de ficção. Surgem ainda tentativas de teorias feministas da tradução, baseadas no fato de que a tradução, considerada uma atividade secundária, se compara ao papel secundário da mulher na sociedade.

Como se vê, assim como nos estudos literários, em que os critérios extraliterários prevalecem, também nas ditas teorias da tradução pós-modernas prevalecem os critérios extratradutórios.

Apesar de todas essas mazelas, paradoxalmente, é na pós-modernidade que a a tradução consegue algum prestígio: as questões teóricas da tradução tornam-se o ponto central do pensamento pós-estruturalista sobre linguagem e cultura, já que se considera existir, na origem de qualquer significação, um processo de tradução.

Entretanto, o preço que a tradução tem pago por esse inusitado prestígio é a descaracterização de seu objeto, a sua destruição. Incapazes de conviver com a imperfeição e a incerteza das ciências humanas, pensadores desconstrutivistas preferem destruir seus objetos de estudo, numa postura nihilista nietzscheana.

A minha crítica ao desconstrutivismo vai mais longe que a de Leyla Moisés. Entendo que a base nihilista compromete todo o projeto desconstrutivista. O nihilismo é irracional e contraditório. Afirmar que não existe verdade é contradizer-se, é afirmar que uma coisa é e não é ao mesmo tempo. É dizer: é verdade que não existe verdade. O nihilismo absoluto é impossível, uma vez que só se pode afirmar negando-se a si mesmo. É, além disso, incoerente, pois se conduz na prática como se conhecesse a verdade. (Vejam-se, por exemplo, paladinos do

desconstrutivismo se engalfinhando em discussões sobre a interpretação de suas verdades). Os pensamentos, o raciocínio, as palavras, as ações, as obras dos nihilistas (leia-se também desconstrutivistas) constituem um desmentido permanente à sua doutrina. Para serem coerentes, deveriam condenar-se ao silêncio e ao imobilismo. Querer, pensar e agir (desenvolver um projeto desconstrutivista, por exemplo) implicam, necessariamente, o conhecimento e a afirmação de verdades. A desconstrução traz em si, portanto, o germe de sua autodestruição, já que é a verdade destruidora de todas as verdades.

Derrida propõe a desconstrução de tudo o que deriva do “logos”: a razão, a palavra de Deus, a fala, o discurso, a distinção entre sujeito e objeto, significante e significado, e, principalmente o conceito de verdade. Essa sua postura tem como consequência um novo entendimento do que seja “compreensão” e “interpretação”, “literal” e “figurado”, “teoria” e “prática”.

Pensadores de inspiração nietzscheana acham que só existe uma passagem dos signos ao sentido: a interpretação. Não fazem distinção entre o sentido diretamente acessível e o sentido que só é acessível por inferência, ou seja, não há diferença entre *compreender* e *interpretar*, não há *fatos*, só *interpretações*. Também não acreditam numa interpretação verdadeira, correta, justa, mas somente numa interpretação dominante, já que para eles não existe a verdade.

Desconstrutivistas não crêem também, dentre outras coisas, que o texto tenha um mínimo de significado que possa ser “descoberto”, não admitem a possibilidade de uma tradução não-interpretativa, acham impossível separar sujeito e objeto, o que pertence ao autor do que pertence ao tradutor, distinguir original e tradução, significação e tradução.

Enquanto exercício filosófico, enquanto questionamento, enquanto levantamento de dúvidas, essa postura tem seu valor e suas “verdades”. É, no entanto, insustentável, porque leva suas “verdades”, sem estabelecer limites, às últimas consequências.

Parece certo que seja possível inferir dos textos significados que eles não explicitam — e a colaboração do leitor se baseia nesse princípio — mas daí dizer que o texto nada significa, que é tudo interpretação, há uma grande distância.

Umberto Eco, em seus livros *The limits of interpretation* (1990) e *Interpretation and overinterpretation* (1992), insiste na necessidade de distinguir entre interpretar um texto e usar um texto: as leituras pós-

modernas parecem se enquadrar no segundo tipo. A pós-modernidade incentiva o tradutor a usar o texto.

O desconstrutivismo desconsidera também a diversidade de tipos de texto, que implica uma diversidade de tipos de leitura e, conseqüentemente, diversos tipos de tradução. Para Eco, há textos que estão abertos a múltiplos pontos de vista, mas há também aqueles que prevêm um leitor muito obediente. Como diz Eco, há um leitor para *Finnegans wake*, como há um leitor para os horários de trem e de cada um deles o texto espera um tipo de cooperação. Pós-modernos, na tradução, pretendem igualar todos os tipos de texto.

Para Umberto Eco, existem dois tipos de leitor: o leitor empírico, que pode ler de diversas formas e não existe nada que determine como ele deve ler, uma vez que em geral usa o texto como um receptáculo de suas próprias paixões — que podem ser exteriores ao texto ou provocadas pela próprio texto — e o leitor-modelo, que é uma espécie de tipo ideal de leitor que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar.

O tradutor, no meu entender, tem de ser o leitor-modelo de Eco, que nasce com o texto e é o sustentáculo de sua estratégia de interpretação, que aprisionado no texto, desfruta apenas a liberdade que o texto lhe concede.

Parece-me também verdade que a ciência deva incluir o sintoma do observador no que é observado, mas certamente, continuam existindo sujeito e objeto: “não se transforma o amador na coisa amada” e nem “a coisa amada no amador”. O papel do tradutor, embora deva ser valorizado, é um papel secundário, tradutor não é autor. A criatividade exigida do tradutor é uma criatividade orientada por uma criatividade anterior.

A tradução, atividade essencialmente prática que, por sua própria natureza, exige a fixação, mesmo que provisória, de *um* significado, exige uma postura pragmática. E ser pragmático é sobretudo não se interessar só pelo que possa ser verdadeiro em si, mas se interessar, principalmente, pelos resultados que possam advir para a vida prática daquilo que se considera como verdade. Por exemplo, pensar filosoficamente uma “Tradução” que antecede e possibilita a existência de um original, de uma significação, não invalida necessariamente a verdade de que um texto original antecede a toda tradução. Se esse original é realmente *o original* não interessa. É necessário que se façam recortes. É no recorte que interessa à tradução propriamente dita, temos

uma mudança de código lingüístico operada sobre um texto primeiro que resulta num segundo texto mais ou menos próximo ao primeiro.

É esse o recorte que deve interessar para os estudos da tradução. É desse recorte que precisa surgir uma teoria da tradução.

Entendo que uma teoria da tradução não pode ser reducionista como o foram as tentativas de teorias estruturalistas da tradução, nem ampliacionista como as atuais tentativas desconstrutivistas, que pretendem abarcar fenômenos que ultrapassam seu objeto de estudo.

Finalizando, eu diria que a pós-modernidade foi, para a tradução *o canto da sereia*. Prometeu e não cumpriu. Defendo, portanto, para a teoria e prática da tradução, uma retomada, com os inevitáveis acertos de rota, dos ideais logocêntricos: mais tradução e menos filosofia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ECO, U. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *The limits of interpretation*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- _____. *Interpretation and overinterpretation*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.
- MOISÉS, L. P. Que fim levou a crítica literária? *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 1996, MAIS!, p.5-9.